

CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA NA PREVENÇÃO DA INCIVILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Simone F. Cittolin

Resumo:

O presente artigo apresenta um estudo teórico com foco na construção da convivência democrática na Educação Superior como forma de prevenir a incivilidade, considerando que tais manifestações se externam, neste contexto, principalmente nas relações de convívio entre professores e alunos. A investigação tem como aporte teórico os estudos sobre convivência de Piñero (2014), Ortega e Sanchez (2004), Cabrera (2008), Jares (2002, 2008), Del Rey & Ortega (2007), Ocampo et al. (2010), Carbajal (2013), Fierro (2012) e Verdeja (2012), nos quais buscou-se explorar como a questão da convivência é abordada no cenário da educação pelos referidos autores. Além de conceituar convivência e incivilidade, em um primeiro momento, o artigo se propõe a discutir, em um segundo momento, a construção da convivência democrática na Educação Superior, bem como explorar algumas questões apontadas pelos estudos como chave na sua construção, com destaque para o papel do professor universitário neste processo. Enquanto a convivência na Educação Superior não for discutida e investigada, e sua importância revelada, estaremos “convivendo” com as manifestações de incivilidade que afetam o desempenho dos professores, o aprendizado dos alunos, e as relações que se estabelecem entre eles nesse processo.

Palavras-chave: Educação. Educação Superior. Convivência Democrática. Incivilidade.

Introdução

A diversidade de problemas que acontecem no contexto educativo em torno da convivência (ORTEGA & DEL REY, 2003, 2004; DEL REY & ORTEGA, 2007; JARES, 2002, 2008; CABRERA, 2008), tem levado à tomada de consciência sobre a necessidade de tornar a construção da convivência como uma tarefa do sistema educativo (RUIZ, 2006; JARES, 2008). Não é fortuitamente que aprender a conviver foi um dos desafios fundamentais para a Educação do século XXI, ressaltado no relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (DELORS, 2010, p. 13).

A convivência no contexto educativo refere-se às relações de convívio, às experiências de interação que se produzem nesse contexto entre os diversos integrantes da comunidade educativa (PIÑEIRO, 2014, p. 142), ou seja, estudantes, professores, direção, assistentes administrativos, família e comunidade.

No entanto, as relações e experiências de interação entre esses participantes da realidade acadêmica universitária com frequência são afetadas por manifestações de incivilidade que

interferem no “ambiente harmonioso e cooperativo de aprendizagem” (FELDMANN, 2001, p. 137).

Ao considerar que tais manifestações se externam principalmente nas relações de convívio entre os participantes da realidade acadêmica universitária, o presente artigo apresenta um estudo teórico com foco na construção da convivência democrática na Educação Superior como forma de prevenir as manifestações de incivildade que constituem um dos problemas que acontecem no contexto educativo em torno da convivência.

Para iniciar uma discussão sobre o tema, este artigo argumenta que a incivildade na Educação Superior é uma questão importante, que pode afetar a vida social das aulas, os alunos, os professores e o processo educacional como um todo, que perturba, sempre, a boa convivência no ambiente acadêmico universitário, e que, se ignorada, pode se converter em verdadeiros fenômenos de violência.

Nesse sentido, se torna indispensável investir tempo e energia em estudos investigativos que abordem a questão da convivência na Educação Superior, pois há que se enfatizar e desenvolver, nesse contexto, considerado um sistema social, não somente o componente cognitivo, mas também as capacidades emocionais, atitudes e valores sociais e morais, unidos ao exercício concreto da solidariedade e da cooperação (ORTEGA & SANCHÉZ, 2000; RUIZ, 2006; OCAMPO et al., 2010), que atuarão, por consequência, na prevenção das manifestações de incivildade.

Partindo de estudos sobre convivência realizados por Piñero (2014), Cabrera (2008), Ortega e Sanchez (2004), Jares (2002), Del Rey & Ortega (2007), Ocampo et al. (2010), Carbajal (2013), Fierro (2012) e Verdeja (2012), buscou-se explorar como a questão da convivência é abordada no âmbito da educação pelos referidos autores. Em um primeiro momento, o texto que segue conceitua convivência e incivildade. Na sequência, explora a construção da convivência democrática na Educação Superior, bem como algumas questões apontadas pelos estudos mencionados que se apresentam como chave na sua construção no contexto educacional, com destaque para o papel do professor universitário nesse processo.

Conceituando convivência e incivildade

Para Jares (2002, p. 82; 2008, p. 25) e Ruiz (2006, p. 8), a palavra convivência significa a ação de viver juntos, se relacionar com os outros. E, na tentativa de esclarecer o uso que a

comunidade educativa tem feito do termo, Ruiz (2006, p. 8-9) apresenta seu significado em três diferentes contextos: no contexto popular, no contexto sócio-jurídico e no contexto psicológico.

No contexto popular, o significado da palavra convivência, além de implicar no reconhecimento daqueles com os quais se compartilha um espaço físico, implica também em compartilhar “um sistema de convenções e normas para que a vida conjunta seja a melhor possível” (p. 8), o que demanda que cada um controle um pouco seus interesses próprios e compreenda os interesses dos demais. Para a autora, fica implícito que a convivência, neste contexto, considera um bem comum que convém respeitar.

Segundo a autora, na conotação sócio-jurídica, a palavra convivência significa a existência de uma esfera pública que, no esforço comum para a criação das condições legais, laborais e cívicas, permita o respeito dos direitos de cada um, sem discriminação ou distinção por razões pessoais, de classe ou grupo. Essa conotação, de acordo com a autora, nos permite pensar no que se deve aprender para ser um cidadão com direitos e deveres, e visando o bem comum que é a democracia.

Em uma dimensão psicológica, o conceito de convivência permite uma “análise sobre os sentimentos e as emoções exigidos para relacionar-se bem com os demais” (RUIZ, 2006, p. 9), tais como empatia, reciprocidade afetiva, envolvendo a elaboração de critérios morais sólidos e o reconhecimento do outro como semelhante e diferente ao mesmo tempo. Ruiz considera o significado da convivência nos 3 contextos apresentados como determinantes para a sua compreensão no contexto educativo.

De acordo com Mena e Ramirez (2003, p. 45), viver junto, conviver, em grupo, relacionar-se com o outro, gera a interação entre as pessoas e, por conseguinte, a busca pela conciliação entre interesses distintos. Nessa interação, na vida em sociedade, as pessoas tem a necessidade de encontrar um equilíbrio entre a satisfação das próprias necessidades e as do outro.

A interação, portanto, segundo as autoras, “nos desafia a construir melhores formas de discernir o que é correto ou incorreto para a convivência” (p. 45). Dessa maneira, pode-se entender a convivência como um processo construído continuamente através das experiências de interação, com base na conciliação, negociação de significados e elaboração de soluções.

Ao refletir sobre o que é convivência no contexto educativo pode-se precisar que essa se refere às experiências de interação que se produzem nesse contexto entre os diversos integrantes

da comunidade educativa, ou seja, estudantes, professores, direção, assistentes administrativos, família e comunidade.

Para Fierro (2012), a convivência é um componente indispensável à qualidade educativa por que refere-se ao tecido que constroi e possibilita a aprendizagem. Para Fierro

Ela supõe a capacidade de trabalhar com outros, de resolver as diferenças e conflitos que se apresentam na sala de aula, de reconhecer e apoiar situações que podem demandar apoio e solidariedade dos companheiros, a capacidade de escuta ativa e de diálogo, tão bem quanto a empatia, isto é, a capacidade de se colocar no lugar de outra pessoa. (p.10)

Nas instituições de Educação Superior, bem como em qualquer instituição educativa, a convivência, como esse tecido humano que supõe inúmeras capacidades acima apresentadas, é fundamental para a condução dos processos de aprendizagem acadêmico e também dos estilos de relação que se estabelecem entre os atores que atuam nesse processo.

No entanto, as experiências de interação entre esses participantes da realidade acadêmica universitária com frequência são afetadas por manifestações de incivilidade que interferem no “ambiente harmonioso e cooperativo de aprendizagem” (FELDMANN, 2001, p. 137), e que constituem um dos impedimentos que as instituições de Educação Superior enfrentam para alcançar um ambiente acadêmico com uma mentalidade democrática.

A incivilidade no contexto da Educação pode ser entendida, segundo Debarbieux (2007) e Charlot (2002), como atos de grosseria, indelicadeza e descortesia, que demonstram o desrespeito e a desconsideração nas relações dos cidadãos entre si. Tais atos agridem a todos, desorganizam o ambiente no cotidiano das instituições de ensino, pois contrapõem às regras elementares da vida social, e portanto, da boa convivência.

Para Morrissette (2001, p. 1), a incivilidade na Educação Superior é entendida como o comportamento intencional de alunos com o objetivo de atrapalhar e interferir com o processo de ensino e aprendizagem dos outros. Nesse mesmo sentido, Feldmann (2001) entende a incivilidade como “qualquer ação que interfere com o ambiente de aprendizagem harmonioso e cooperativo da sala de aula” (p. 137). Clark e Springer (2007, p. 93) chegam a afirmar que algumas demonstrações de incivilidade podem ser tão perturbadoras e afetar o ambiente acadêmico tão radicalmente, que a aprendizagem pode ser efetivamente interrompida.

Como já constatado em pesquisas realizadas sobre incivildade na Educação Superior¹, tais manifestações, que podem variar desde o mau uso de aparelhos celulares, chegar tarde e sair cedo, comentários grosseiros e sarcásticos e humilhações até agressões físicas e verbais, tanto por parte de alunos, como de professores, podem comprometer o processo educacional como um todo, prejudicando o desempenho de professores, a aprendizagem de alunos, bem como deteriorar a convivência entre eles.

Na Educação Superior, assim sendo, a convivência adquire importância especial entre os professores, estudantes e comunidade acadêmica, como um componente indispensável à qualidade educativa, no que se refere ao estilo de convivência que pode tanto favorecer as manifestações de incivildade ou atuar na prevenção das manifestações de incivildade neste contexto.

Construir a convivência democrática na Educação Superior para prevenir a incivildade

Da mesma forma que o estilo de convivência pode culminar em manifestações de incivildade, entende-se que a construção da convivência democrática na Educação Superior é aspecto chave na prevenção das manifestações de incivildade neste contexto, pois o ambiente acadêmico universitário também é um dos lugares em que se aprende a conviver com os outros e a construir uma mentalidade democrática e hábitos de respeito que visem o bem comum.

De acordo com o Programa Ética e Cidadania do Ministério da Educação, lançado em 2007, o desafio que ronda as instituições educacionais preocupadas com a construção de uma educação de qualidade que cumpra com seus objetivos de formação da cidadania e de preparação dos estudantes para a vida em sociedade, é aprender a conviver com as diferenças na perspectiva de uma sociedade democrática e inclusiva.

O convívio com a diversidade humana e com as diferenças, ao mesmo tempo em que gera conflitos, pode servir de matéria prima para a construção da convivência democrática, pois tais diferenças e semelhanças estimulam a comparação, a descoberta, a ressignificação, a compreensão, a ação, a busca por alternativas e a reflexão.

¹ APPLEBY, 1990; AMADA, 1992; SORCINELLI, 1994; BOICE, 1996; BRAXTON & BAYER, 1999; HANSON, 2000; MORRISSETTE, 2001; FELDMANN, 2001; NILSON & JACKSON, 2004; HIRSCHY & BRAXTON, 2004; RUDOLPH, 2005; CLARK, 2007; CLARK & SPRINGER, 2007; CLARK, 2008; PATRON & BISPING, 2008; TWALE & DELUCA, 2008; BARTELS, BUCY & NORDSTROM, 2009; MARCHAND-STENHOFF, 2009; BJORKLUND & REHLING, 2010; MARCHIONDO et al., 2010; WILLIANSO, 2011; BLACK, WYGONIK & TONY, 2011; LASITER et al., 2012; MARLOW, 2013; DEL PRATO, 2013; THOMPSON, 2013.

Pérez (2001) declara que a construção da convivência democrática somente é possível quando, em todos os domínios das relações humanas, se criam espaços em que o acordo e a reflexão substituam a autoridade, o controle e a obediência como maneira de coexistência humana, de modo que se possa dialogar.

Mora (2006, p. 53) complementa salientando que a tarefa da construção de uma convivência democrática deve se centrar em criar oportunidades para colaborar no tecimento cotidiano de uma convivência fundada no respeito, na tolerância, na cooperação, na responsabilidade social, que reconhece a legitimidade do outro, em um projeto comum.

Piñero (2014), referindo-se ao contexto da Educação Superior, apoiado por Ruiz (2006), Muniz e Garcia (2006), Jares (2002), Verdeja (2012) e Carbajal (2013) no que se refere aos demais contextos educacionais, acredita que a promoção das relações de convívio no meio universitário e a construção de um ambiente de convivência democrática implicam no desenvolvimento de habilidades sociais básicas.

No contexto proposto, e tendo como finalidade principal a prevenção das manifestações de incivilidade, devem, portanto, prevalecer as relações de convivência democrática baseadas no respeito mútuo, na tolerância e no diálogo, na cooperação e na participação na busca de soluções e encaminhamentos para os problemas interpessoais do cotidiano, levando-se em conta o princípio da inclusão de todos e de respeito à diversidade (VERDEJA, 2012, p. 169).

O respeito é uma qualidade básica e imprescindível que fundamenta a convivência democrática em um plano de igualdade, pois supõe a reciprocidade no trato e no reconhecimento de cada pessoa (JARES, 2008, p. 31). Se falta o respeito, a convivência se torna impossível, ou, ao menos, se transforma em um tipo de convivência que é propensa ao surgimento das manifestações de incivilidade.

Em uma sociedade plural como a nossa, o respeito à singularidade cultural dos indivíduos e grupos, aos distintos modos de pensar e de orientar a própria vida, são objetivos que uma proposta educativa, que tem a tolerância como base da convivência democrática, precisa promover. Martínéz (2011, p. 53) salienta que, longe de ser um fenômeno negativo e que impede a convivência civilizada, “a existência de opiniões políticas diferentes, de diversas crenças ou sensibilidades morais distintas, deriva da própria condição humana, e pode converter-se, em consequência, na ocasião para o enriquecimento mútuo.”

Segundo o mesmo autor, a tolerância emprega o diálogo aberto com todos como instrumento fundamental para resolver os conflitos e os problemas comuns. Martín (2011, p. 5) também chama a atenção para a importância do diálogo como um canal de entendimento entre as pessoas e como um valioso instrumento na busca da verdade e na realização de acordos justos e solidários. O autor salienta ser indispensável refletir sobre as principais características do diálogo para identificar as dificuldades que o prejudicam e, acima de tudo, para usá-lo apropriadamente nas relações interpessoais e na resolução dos problemas que afetam a convivência entre os indivíduos, sendo possível citar como exemplo, as manifestações de incivildade.

Como é possível verificar, aspectos como a educação em valores como o respeito mútuo, a tolerância, a consideração à diversidade e aprender a dialogar, a participar, a cooperar, se convertem em elementos chave para a construção da convivência democrática.

Segundo Ortega e Sánchez (2004), Jares (2002, 2008), Cabrera (2008), Ocampo et al. (2010) e Verdeja (2012), para obter êxito na tarefa de promover a convivência democrática no contexto educacional, no entanto, faz-se necessário destacar o papel do professor universitário na construção da convivência democrática.

Del Rey e Ortega (2007, p. 86) colocam o professor como “agente dinamizador da construção da convivência”. Ortega e Sánchez (2004, p. 72) o colocam como “protagonista da convivência na instituição educativa”, e por isso, ao pensar na construção da convivência democrática como caminho para prevenir as manifestações de incivildade na Educação Superior, faz-se necessário pensar no seu papel no que se refere ao tema, bem como nas habilidades sociais e competências profissionais necessárias à construção da convivência democrática.

A convivência democrática pressupõe participação conjunta na tomada de decisões. Zaitegi (2010) destaca que professores devem proporcionar oportunidades de participação dos alunos nas decisões sobre si mesmo e no que afeta a todos. A autora acredita que a participação na tomada de decisões promove uma distribuição de poder, é uma forma de educar para a corresponsabilidade (p. 112), para a responsabilidade compartilhada que supõe confiança no outro e espaço para o outro (p. 119). A autora ainda afirma que quanto mais intensa a participação dos alunos na tomada de decisões, menos propensos eles são em se envolver em manifestações disruptivas, podendo citar como por exemplo, as de incivildade.

Outro ponto central para promover a distribuição de poder, segundo Carbajal (2013, p. 23), refere-se a organizar de maneira justa o protagonismo de cada um dos estudantes nas

atividades acadêmicas, planejando o trabalho de forma cooperativa, em que os estudantes possam confiar um no outro como recurso de aprendizagem, promovendo, assim, um ambiente colaborativo em oposição a um ambiente competitivo de aprendizagem.

Ocampo et al. (2010), Jares (2002, 2008), Garcia (2006), Cabrera (2008), Carbajal (2013) e Verdeja (2012), destacam também a formação dos professores na área de resolução de conflitos. Para Jares (2002, p. 82), “não é possível separar a convivência do conflito”, e Carbajal (2013) salienta que aprender a gerenciar conflitos de forma construtiva está diretamente relacionado com a convivência democrática, pois implica em “[...] escutar pontos de vista diferentes, desenvolver o raciocínio persuasivo e a argumentação, e aprender a deliberar e negociar no sentido de fazer acordos” (p. 22). No contexto da Educação Superior, essa falta de preparação em como gerenciar os conflitos tem tornado a incivilidade um fenômeno difícil de abordar para os professores universitários.

O conflito, “natural e inevitável à existência humana” (JARES, 2002, p. 82; JARES, 2008, p. 146), não somente é uma realidade no cotidiano da Educação, e por conseguinte, da Educação Superior, e gerado também, mas não apenas, pelas manifestações de incivilidade, tanto de alunos como de professores, que é fundamental para a convivência democrática que o professor o encare como uma oportunidade de debate e servir de base para uma reflexão crítica e para o crescimento e desenvolvimento tanto dos indivíduos como da sociedade (SMITH, 1979, p. 168).

Segundo Piñeiro (2014, p. 143) e Ocampo et al. (2010, p. 48), merece igual destaque a eficiência e eficácia da comunicação que determinam a qualidade da convivência, e que se evidencia através das potencialidades comunicativas do professor universitário ao expressar, receber e interpretar mensagens nas relações de comunicação interpessoal e dentro do grupo.

A comunicação interpessoal, ainda segundo os autores, reforçados por Torroela (2002), para promover a convivência com características democráticas deve caracterizar-se pela apropriação de valores de respeito aos direitos dos demais, de tolerância, honestidade e solidariedade, sendo de grande importância que, não somente os professores universitários, mas também os estudantes, saibam controlar seus sentimentos e emoções, administrar os conflitos, trabalhar em grupo, dialogar na busca de soluções para os problemas, no caso específico desse artigo, para prevenir as manifestações de incivilidade na Educação Superior.

De acordo com Ocampo et al. (2010, p. 57), as ações para melhorar as habilidades de comunicação parecem ser as mais benéficas na construção da convivência democrática, já que influenciam na forma de desenvolver boas relações com os demais por meio de habilidades como: escutar, entender e trabalhar de forma cooperativa com os outros (JARES, 2002, p. 86), podendo então sugerir que tais ações poderiam também ser as mais promissoras na prevenção das manifestações de incivildade na Educação Superior.

Considerações finais

É uma condição indispensável, que no contexto da Educação Superior, bem como nos demais contextos, a apropriação dos conhecimentos, habilidades e atitudes determinadas no currículo, aconteça em um cenário de aprendizagem caracterizado por uma mentalidade democrática, em que prevaleça o respeito, que facilita o ensinar e o aprender, as boas relações e interações entre todos os membros da comunidade acadêmica, o diálogo, a ação cooperativa, a participação de toda comunidade acadêmica na busca de soluções e encaminhamentos para os conflitos cotidianos e para as necessidades sociais.

Neste sentido, a convivência na Educação Superior se torna um componente essencial à qualidade educativa pois, no que se refere às manifestações de incivildade, o estilo de convivência pode tanto favorecê-las quanto atuar na sua prevenção neste contexto.

Os estudos consultados apontam para a construção da convivência democrática para que, ao invés de concentrar-se em controlar as manifestações de incivildade, a perspectiva se amplie no sentido de promover transformações nas práticas que se configuram neste contexto, com o objetivo de construir uma convivência democrática que se caracterize pelo respeito mútuo, pela tolerância, pelo diálogo, pelo estímulo à cooperação, ao debate e à participação na busca de soluções e encaminhamentos para os problemas interpessoais e na consideração à diversidade.

Tal perspectiva salienta o papel do professor universitário no processo de construção da convivência democrática, pois exige que o mesmo assuma uma postura pró-ativa no sentido de refletir, tanto sobre suas contribuições para o surgimento das manifestações de incivildade, quanto sobre como pode contribuir na construção da convivência democrática.

É indiscutível, portanto, a necessidade de desenvolvimento profissional para auxiliar os professores universitários no estabelecimento de estratégias para facilitar as discussões sobre

tópicos controversos, para gerenciar o “inesperado” e buscar capitalizar sobre os conflitos, que são inevitáveis quando há um esforço para garantir que todos tomem uma posição.

É preciso também que as instituições de Educação Superior brasileiras reconheçam a importância de discutir a convivência na Educação Superior, em especial relacionada às dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos em decorrência das manifestações de incivildade, e proporcionar o suporte que todos os envolvidos necessitam e merecem, na construção de uma convivência democrática que dê sustentação às relações estabelecidas no processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, pesquisas precisam ser realizadas no contexto brasileiro sobre convivência na Educação Superior pois, enquanto esse tema não for discutido, e sua importância revelada, estaremos “convivendo” com as manifestações de incivildade que afetam o desempenho dos professores, o aprendizado dos alunos, e as relações que se estabelecem entre eles nesse processo.

REFERÊNCIAS

DEBARBIEUX, E. **Violência na escola: um desafio mundial**. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, Instituto Piaget, 2007.

CABRERA, C. M. La convivencia escolar en nuestros centros educativos: recursos para trabajar la convivencia. **Caleidoscopio**, Jaén, n. 1, p. 101-110, 2008.

CARBAJAL, P. Convivencia democratica en las escuelas. Apuntes para una reconceptualización. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, Madrid, v. 6, n. 2, 2013, p. 13-35.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias, Interface**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 432-442, jul./dez. 2002.

CLARK, C. M.; SPRINGER, P. J. Thoughts on incivility: student and faculty perceptions of uncivil behavior in nursing education. **Nursing Education Perspectives**, New York, n. 28, v. 2, p. 93-97, 2007.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, 2010.

DEL REY, R.; ORTEGA, R. Violencia escolar: claves para comprenderla y afrontarla. **Escuela Abierta**, Sevilla, n. 10, p. 77-89, 2007.

FELDMANN, L. J. Classroom civility is another of our instructor responsibilities. **College Teaching**, Filadélfia, n. 49, v. 4, p. 137-140, 2001.

FIERRO EVANS, M. C. Convivencia inclusiva y democratica: una perspectiva para gestionar la seguridad escolar. , Guadalajara, n. 40, p. 1-18, 2012.

GARCIA, I. F. **Guia para la convivencia en el aula**. 3. ed. Barcelona: Praxis, 2006.

JARES, X. R. Aprender a convivir. **Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado**, Zaragoza, n. 44, p. 79-92, 2002.

- JARES, X. R. **Pedagogia da convivencia**. São Paulo: Palas Athena, 2008.
- MARTINÉZ, R. G. **Educación para la convivencia: diálogo, comunicación interpersonal y tolerancia**. Murcia : Ministério da Educação, Publicações e Estatística, 2011.
- MENA, M. I.; RAMIREZ, M. T. Contra la violencia, la formación de la convivencia. **Revista Docencia**, Santiago, n. 19, p. 43-50, 2003.
- MORA, M. A. V. **Estrategia para construir la convivencia solidaria en el aula universitaria: trabajo en equipo y comunicación generadora de mundos**. Bogotá: Editorial Universidad Cooperativa de Colombia, 2006.
- MUNIZ, J. C. I.; GARCIA, L. F. G. **El aprendizaje de la convivencia en los centros educativos: reflexiiones e propuestas de intervención**. Asturias: Ministério da Educação e da Ciência, 2006.
- MORRISSETTE, P. J. Reducing incivility in the university/college classroom. **International Electronic Journal for Leadership in Learning**, Calgary, n. 5, v. 4, 2001.
- OCAMPO, M.; BRICEÑO, S.; HERNANDEZ, M.; OLANO, M. Estrategias para mejorar la convivencia en el colegio Cristóbal Colón, Instituto Educativo Distrital. **Cuadernos Hispanoamericanos de Psicología**, Bogotá, v. 10, n. 2, p. 46-61, 2010.
- ORTEGA, R.; SANCHEZ, V. Construir la convivencia para prevenir la violencia. **Innovación Educativa**, Córdoba, n. 132. p. 70-74, 2004.
- ORTEGA, R.; DEL REY, R. **La violencia escolar: estrategias de prevención**. Barcelona: Editora GRAO, 2003.
- ORTEGA, R.; DEL REY, R. **Construir la convivencia**. Barcelona: Edebe, 2004.
- PIÑEIRO, M. M. La convivencia entre los estudiantes universitarios: su atención desde el proyecto educativo de la carrera. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, Madrid, v. 7, n. 1, p. 141-159, 2014.
- PÉREZ, T. **Convivencia solidaria e democrática: nuevos paradigmas e estrategias pedagógicas para su construcción**. Bogotá: Instituto Maria Cano, 2001.
- PROGRAMA ÉTICA E CIDADANIA: construindo valores na escola e na sociedade : inclusão e exclusão social / organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 4 v.
- RUIZ, R. O. La convivencia: um modelo de prevenção de la violencia. In: MORENO, A. **La convivencia el las aulas: problemas y soluciones**. Madrid: Subdireção Geral de Publicações do MEC, p. 29-48, 2006.
- SMITH, D. **Estudo dos conflitos e educação para a paz**. Perspectivas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 166-173, 1979.
- TORROELA, G. **Aprender a convivir**. La Habana: Editora Pueblo y Educación, 2002.
- VERDEJA, M. Aprendizaje de la convivencia en contextos educativos: identificando problemas y formulando propuestas de mejora desde la acción tutorial. **Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva**, Santiago de Chile, v. 6, n. 2, p. 167-190, 2012.

ZAITEGI, N. La educación en y para la convivencia positiva en España. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madrid, v. 8, n. 2, 2010, p. 93-132